



**REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR**



**REPÚBLICA DE CABO VERDE
ASSEMBLEIA NACIONAL**

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO
ENTRE
AS ADMINISTRAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA NACIONAL
POPULAR DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU E A ASSEMBLEIA NACIONAL DA
REPÚBLICA DE CABO VERDE
2015/2016**

I. Introdução

Considerando que o Protocolo de Cooperação entre a Assembleia Nacional da República Popular da Guiné Bissau e a Assembleia Nacional da República de Cabo Verde, celebrado aos 06 de Março de 2015, constituiu o quadro formal para a institucionalização de um mecanismo de cooperação, no domínio parlamentar, e para o fortalecimento da capacidade institucional das respectivas Administrações Parlamentares;

Os Secretários-Gerais de ambos os Parlamentos, adiante designados por Partes, acordam o presente Programa de Cooperação, nos seguintes termos:

II. Objectivo

O presente Programa de Cooperação, adiante designado por Programa, tem por objectivo a implementação do Protocolo de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau e a Assembleia Nacional de Cabo Verde e estabelecer um quadro de acções a serem

realizadas em áreas de relevante interesse para o aumento da eficácia dos respectivos serviços e do qual constarão as actividades concretas a desenvolver .

III. Domínios de Cooperação

São domínios de cooperação do Programa:

- a) O processo legislativo e assessoria jurídica;
- b) As relações públicas, protocolo e relações internacionais;
- c) A administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;
- d) A documentação e informação;
- e) As tecnologias de informação;
- f) A comunicação e imagem.

IV. Acompanhamento do Programa

1. A gestão do Programa é assumida pelas Unidades Orgânicas responsáveis pelas Relações Internacionais, devendo as Partes designar um ponto focal para estabelecer o contacto regular entre os dois Parlamentos.
2. São responsabilidades das unidades orgânicas referidas no número anterior, através dos respectivos pontos focais:
 - a) Assegurar a articulação com as demais Unidades Orgânicas, com o objectivo de acompanhar e monitorar o Programa;
 - b) Obter das unidades Orgânicas à Contraparte os Termos de Referência das acções de formação;
 - c) Fiscalizar a elaboração dos relatórios das missões e das acções de formação;

- d) Realizar os actos preparatórios das avaliações anuais.
-
- 3. Os relatórios das missões e das acções de formação devem ser obrigatoriamente elaborados, por cada uma das Partes, nos trinta dias subsequentes à realização de cada acção e partilhados entre os dois Secretários-Gerais.

V. Princípios

O Programa obedece aos seguintes princípios:

- 1. As acções constantes do Programa devem ser realizadas na Guiné Bissau e em Cabo Verde, comportando estágios *on the job*, seminários, cursos de formação de curta duração e assessoria técnica.
- 2. Os estágios *on the job* referidos no número anterior não devem exceder o prazo de cinco (5) dias, salvo acordo prévio em contrário das Partes.
- 3. Os cursos de formação referidos no número um podem ser ministrados nas instalações de ambos os Parlamentos ou em instituições especializadas.
- 4. Independentemente das acções previstas no Programa, as Partes podem acordar a realização de outras que se repute de relevantes para as duas Administrações Parlamentares.
- 5. Na organização e realização de seminários, fica aberta à participação de outros Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nas condições determinadas pelas Partes.
- 6. Durante a realização das acções previstas no Programa, a delegação visitante não deve exceder um máximo de cinco (5) membros, salvo acordo prévio em contrário das Partes.

7. As Partes devem assegurar as condições necessárias à implementação do Programa, nos termos seguintes:

a) São da responsabilidade de cada Parlamento:

- i. O pagamento de passagens aéreas e subsídios diários dos seus Funcionários Parlamentares;
- ii. A garantia do seguro de vida da viagem dos seus Funcionários Parlamentares.

b) São de responsabilidade do Parlamento anfitrião:

- i. O alojamento, a alimentação e o transporte local dos funcionários que se encontrem a realizar acções de formação ou trabalhos específicos relacionados com o Programa;
- ii. A disponibilização de toda a informação, documentação e demais materiais de apoio necessários à realização das acções de formação.
- iii. A assistência médica, medicamentosa e internamento dos respectivos funcionários envolvidos, em caso de urgência.

VI. Duração

O Programa tem a duração de dois anos, contados a partir da data da sua assinatura pelos Secretários-Gerais de ambos os Parlamentos, podendo ser renovado por igual período, após a sua avaliação.

VII. Acções de Cooperação parlamentar

Para a prossecução dos objectivos do Programa, serão realizadas as acções descritas e distribuídas sequencialmente, na Guiné Bissau e em Cabo Verde, de acordo com a seguinte grelha:

Direcção de Serviços Parlamentares

Acções	2015	Período	Local
01	a) Troca de experiência ao nível do apoio ao plenário; b) Estágio e Treinamento na Transcrição dos Debates Parlamentares e apoio para a produção do Manual de Redacção; c) Melhoria do sistema de sonorização e gravação dos trabalhos parlamentar na ANPGB		ANCV
02	a) Estágio on the Job na Assembleia Nacional de Cabo Verde, com o objectivo de conhecer o funcionamento da Divisão de Apoio ao Plenário; b) Gestão de mandatos dos deputados		ANCV
Acções	2016	Período	Local
03	a) Troca de Experiências ao Nível de Apoio as Comissões - Acção de formação (coordenação e organização das actividades desenvolvidas pelas comissões) – Processo de elaboração das Notas Informativas – Processo de análise do Orçamento do Estado; processo de Elaboração de memorandos; processo de elaboração de relatórios; apoio na elaboração do regulamento das comissões; entre outras acções); b) Troca de experiências ao nível de apoio as Comissões;		ANCV

Direcção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar

Acções	2015	Período	Local
04	a) Troca de Experiência na Edição e Publicação de documentos; b) Missão de assistência técnica na área de gestão documental (Biblioteca e Arquivo)		ANPGB
Acções	2016	Período	Local
05	a) Estágio <i>on the job</i> na área da Biblioteca da ANCV; b) Estágio <i>on the job</i> na área do Arquivo da Assembleia Nacional		ANCV

Direcção de Serviços administrativos

Acções	2015	Período	Local
06	Troca de Experiência na Gestão e Avaliação do Património		
07	Apoio na Organização e Gestão Financeira da ANPGB		
Acções	2016	Período	Local
08	a) Estágio sobre estrutura e organização da DRHS; b) Processo das compras e gestão do Stock; c) Processo de elaboração do orçamento e a sua execução (cabimentação, lançamento, balancetes e plano de execução); d) Cadastro e inventário de bens, gestão de edifícios e sua preservação, gestão de frotas de automóveis compras e contratações públicas.		ANCV

Direcção de Serviços de Relações Internacionais

Acções	2016	Período	Local
09	Estágio <i>on-the job</i> na área de protocolo e cerimonial		ANCV
10	Formação ao Nível da Planificação no Âmbito da Cooperação Parlamentar		ANPGB

Direcção de Serviços de Informática

Acções	2015	Período	Local
11	O Apoio Institucional na Implementação da Instalação do Sistema de Contagem de Tempo		ANPGB
12	a) Elaboração do Plano Estratégico de Informatização da ANPGB; b) Estágio <i>On Job</i> na Direcção de Serviços de Informática e Elaboração do projecto de Rede da ANPGB		ANPGB/ANCV ANCV
Acções	2016	Período	Local
13	a) Assessoria e Apoio Técnico na Instalação e Configuração da Rede Informática da ANPGB;		ANPGB

VIII. Avaliação

Os Secretários-Gerais reunir-se-ão, alternadamente, nos dois países, para proceder à avaliação conjunta da execução do Programa, no termo da sua vigência, e à sua actualização.

Feito na Praia, aos 15 de Julho de 2015.

O Secretário-Geral da Assembleia
Nacional Popular da República da
Guiné-Bissau

José Carlos Rodrigues da Fonseca

A Secretária-Geral da Assembleia
Nacional da República de Cabo Verde

Libéria das Dores Antunes Brito